



**Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS**  
**Assessoria de Comunicação – Clipping Diário**

**Clipping-Diário**

Veículo  
Tribuna Independente

Data  
Quinta-feira, 05 de novembro de 2009

## ARGUMENTOS

### Recurso alegava falta de competência do pleno

Depois da primeira decisão que o condenou a pagar multa por doação irregular, o vereador Dino Júnior (PCdoB) entrou com o recurso alegando que o Pleno do TRE não teria competência para julgar a representação devido à extrapolação do limite legal de doações para campanhas eleitorais. As justificativas foram enviadas ao Ministério Público Eleitoral. Segundo o MP, o vereador não indicou, de forma clara e precisa, qual dispositivo legal teria sido vulnerado ou mal interpretado. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia", afirmou o desembargador **Estácio Gama** na decisão publicada ontem.



Página 2



## Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

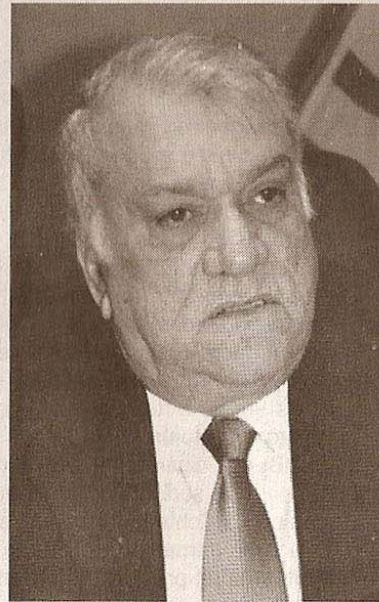
Veículo  
Tribuna Independente

Data  
Quinta-feira, 05 de novembro de 2009

### PROCESSOS NO LIXO

#### Comissão vai apontar responsáveis em 30 dias

O corregedor-geral de Justiça, desembargador **José Carlos Malta Marques**, instaurou sindicância administrativa para apurar a responsabilidade do aparecimento, em via pública, no último dia 29, de documentos relativos a processos do Fórum de Maceió. O juiz auxiliar da Corregedoria, Fernando Tourinho, preside a comissão de investigação. Ele será auxiliado pelos juízes Paulo Zacarias e Jerônimo Roberto Fernandes, coordenador da Central de Mandados. "A apuração deverá ser concluída no prazo improrrogável de 30 dias", escreveu o corregedor-geral, em portaria publicada ontem no Diário da Justiça Eletrônico.



### META 2

#### Mutirão vai julgar processos nas Varas Criminais

Mais uma etapa do Mutirão do Júri terá início no próximo sábado (7), na Faculdade de Direito de Maceió (Fadima), do Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac). Na ocasião, serão julgados os **processos** das 7ª e 9ª Varas Criminais da Capital – Tribunal do Júri, relativos à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa solucionar os processos distribuídos até dezembro de 2005 em todas as unidades judiciárias do país. Nas 30 salas disponibilizadas funcionarão dois Júris por magistrado. Inicialmente, serão julgados 60 processos distribuídos igualmente para as 7ª e 9ª Varas Criminais da Capital. Com 180 processos pautados, o Mutirão prossegue nos dias 21 de novembro e 12 de dezembro.





**Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS**  
**Assessoria de Comunicação – Clipping Diário**

**Clipping-Diário**

Veículo  
Tribuna Independente

Data  
Quinta-feira, 05 de novembro de 2009

# 'Justiça fez o que estava ao alcance, mas não há nada a comemorar'

**ANA PAULA OMENA**

REPÓRTER

Para a irmã mais velha de Bernardo Oiticica, a Justiça foi feita, mas não há o que comemorar. Ela reforçou que mesmo diante do resultado, o irmão não irá voltar para juntos da família, restando apenas saudades.

"Não é motivo de comemoração à condenação! Queremos apenas levantar esta bandeira para que outras pessoas não façam isso que ele [Fran-

cisco Oiticica] fez. Dentro da lei, a Justiça fez o que pôde ser feito", lamentou Helena Oiticica.

O empresário Francisco Oiticica Quintela Cavalcanti, de 39 anos, foi condenado por júri popular, na terça-feira, a 18 anos e seis meses de prisão pelo homicídio duplamente qualificado de seu primo, Bernardo Gondim da Rosa Oiticica, assassinato dentro do escritório da Usina Santa Clotilde, situada em Rio Largo (AL), em abril de 2003.

Bernardo Oiticica foi atingido com três tiros de pistola durante uma discussão entre os dois. Os advogados do réu, que na época era chefe de segurança da usina, recorreram à sentença e ele aguardará em liberdade o julgamento do recurso. O julgamento deste recurso pode levar cerca de dois anos.

Segundo o titular da 8ª Vara Criminal, juiz José Braga Neto, que presidiu a sessão de julgamento, e foi o responsável pela sentença, foram arroladas 13 testemunhas, sendo oito de acusação e cinco de defesa.

Página 11